

Imprensa Oficial: 120 anos sem ter o que comemorar

No ano em que a autarquia Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais (IOMG) completa 120 anos, valores como comprometimento, respeito, ética, transparência e resultados ainda estão longe do foco da atual política de governo do Estado. Berço da cultura mineira, nossa secular instituição é parte da história de Minas, tendo em seus quadros funcionais Carlos Drummond de Andrade e Murilo Rubião, grandes luminares do jornalismo mineiro. Palco de grandes shows e peças teatrais o teatro Clara Nunes, que integra o patrimônio da autarquia, hoje se encontra em completo estado de abandono.

Diversas denúncias envolvendo a direção da autarquia estão sob investigação do Ministério Público Estadual e do Ministério Público do Trabalho, além do acúmulo de um enorme passivo de indenizações trabalhistas pelo simples descumprimento das leis.



Servidores que durante muitos anos doaram suas vidas, sacrificaram suas famílias, buscando a eficiência da instituição se vêem hoje diante de constantes ameaças de terem seus direitos e garantias surrupiados por pareceres, decretos, portarias, e às vezes até por decisões judiciais contraditórias.

Um Antiprojeto de Lei que transforma a autarquia em empresa pública foi encaminhado pela AJOSP à Secretaria de Estado da Casa Civil e Relações Institucionais, com o objetivo sempre de contribuir para que a instituição ganhe uma nova configuração dentro de um mercado cada vez mais competitivo. Dado o descaso, a impressão que temos é a de que o governo enxerga a IOMG como uma instituição pública anacrônica, incompatível com a modernidade e o "Manual Neoliberal Thatcheriano" que permeia a cabeça do nosso governante.

Façamos das sábias palavras do jornalista Fernando Tolentino, nossa afirmação de que não há como se pensar em uma sociedade republicana, democrática, sem uma vigorosa imprensa oficial. É lamentável que o atual governo de Minas Gerais não reflita mais profundamente sobre sua importância.

Pilhagem
continua e
IPSEMG
agoniza

pag 5

Aumento de 5% e
prêmio de produtividade
prometidos pelo governo
não saíram em outubro

pag 10

Choque de Gestão:
Publicidade custou
mais de 1,2 bilhão
desde de 2003

pag 11

O pragmatismo eleitoreiro e o “legalismo imoral”

2



Um relatório técnico da Justiça Eleitoral de Minas revelou que desde 2006 vem ocorrendo um aumento no número de convênios assinados entre governo estadual e prefeituras nos anos em que houve eleição.

O governo atual, contudo, ressalta que a legislação eleitoral tem sido respeitada. Em 2006, ano em que o hoje senador Aécio Neves (PSDB) foi reeleito governador mineiro, foram assinados 4.359 convênios. No ano seguinte, em que não houve eleição, foram 2.887 (-34%). O número de acordos voltou a subir com força em 2008, ano de eleições municipais. Já em 2009, o total de repasses recuou novamente. Na eleição do ano passado na reeleição de Anastasia os convênios cresceram 26,8%, atingindo a marca de 4.764.

Recebemos a última edição do jornal do Sindicato dos Auditores Fiscais de Minas Gerais (SINDIFISCO MG), em que o presidente da entidade Lindolfo de Castro, denuncia o “aparelhamento do Estado para coop-

tar lideranças sindicais” por proibir a participação de sindicatos em estado de greve na reunião do sugestivo Comitê que recebeu em maio de 2011 o nome de batismo de “Negociação Sindical - CONES”. Fica a dúvida: **Negociação de que?**

Para nós da AJOSP, o Decreto Estadual 46.601/2011 que deu a configuração política da representação dos servidores públicos no comitê já direcionava para cooptação de ambos os lados.

Basta ler o artigo 2º., inciso II, letra B, para saber porque a AJOSP nunca sentará na mesa com seus pares. A determinação do regulamento chega ao dislante de impor que qualquer associação somente terá assento no CONES com a permissão de algum sindicato. Nesse contexto, já estão eliminadas do debate a AJOSP, AFFEMG e ASCON, todas com diversas representações no MPE e ações judiciais contra o governo, além de serem consideradas desafetos pelo “fogo amigo”, incluindo sectarismos sindicais e alguns políticos. Essa é a democracia tuca que no início do ano tinha, pelo menos no discurso, a pretensão de abrir o diálogo com os movimentos sociais.

A democracia comporta cada um escolher o candidato e a legenda que bem entender, porém os fatos nos mostram o quanto as incoerências nunca foram tão bem sucedidas na política. As pessoas querem ocupar

cargos públicos, mas não se permitem serem questionadas em hipóteses alguma, mesmo que aqui e acolá existem incoerências e até irregularidades.

Nas ruas, nos bares e nos pontos de ônibus o que se houve é que todos os políticos são farinha de um mesmo saco, o que justifica ninguém acreditar mais neles e que estão em baixa.

No nosso caso, ainda fazemos ressalvas às pequenas e honrosas exceções, para evitar generalizações e manter a imparcialidade necessária ao exercício da profissão de jornalista. Mas o povo não tem as mesmas obrigações que nós e crê com toda firmeza que a até a esquerda em Belo Horizonte embarcou numa canoa furada decepcionando muita gente.

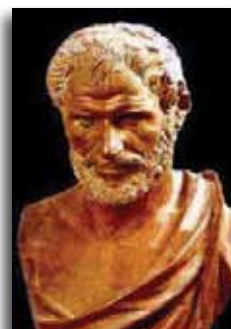
Em suas covas

João Amazonas e o Barão de Itaré deve estar se contorcendo de raiva.

Para o sofista grego Trasímaco, assim como na política a

justiça também não seria outra coisa senão a conveniência do mais forte e consistia na capacidade de manipular os outros através das palavras para fazer valer o seu interesse próprio.

Cláudio Vilaça, presidente da AJOSP



EXPEDIENTE

Informativo da Associação dos Jornalistas do Serviço Público - AJOSP - Fundada em 1978

Rua Espírito Santo, 1204 SL. 1203, Centro, Belo Horizonte, MG - CEP: 30160-031 - TEL: (31) 3224-6728

www.ajosp.org.br - presidencia@ajosp.org.br - Tiragem: 15 mil exemplares

Diretoria Executiva:

Presidente: Cláudio Vilaça

Vice-presidente: Rui Honorato da Silva

Secretário: José Ênio Silva

2º Tesoureiro: Saulo Salgado da Fonseca (In memoriam)

Comissão de Contas:

Lucélio Gomes

Joana Darc de Lima

Terezinho Antônio Jesus

Assessor de Imprensa

Jorge Paulo de Souza

Projeto Gráfico e Diagramação
João Guilherme

Fotos: Reproduções da internet, arquivo ALMG e Raquel Paixão.

A CRISE DO CAPITALISMO

Parece paradoxal e simultaneamente aguda e crônica a crise que assola globalmente o abominado e criticado "capitalismo selvagem". Aguda por já ter já invadido e atingido até "Wall Street", símbolo maior da alegada pujança dos livres mercados, expressa nas voláteis e volúveis bolsas de valores.

E por já incluir cerca de 928 praças metropolitanas ocupadas por milhares de militantes, que ameaçam transformar clamor público em revolta popular, marcando presença com maior ou menor frequência e intensidade em todos os cinco continentes.

Crônica e cruel por se estender da Grécia a Israel, da Irlanda até a Espanha, a Itália, a França e ao Reino Unido.

E por se alongar também ao nosso acomodado Brasil, com protestos no Rio e em São Paulo, em Porto Alegre e em Belo Horizonte (acampados na Praça da Assembleia Legislativa), em Recife e em Salvador e até em Brasília, dentre outras capitais e cidades nacionais.

A corajosa postura dos "indignados", subjugados pelo desemprego ou submetidos ao subemprego em

escala universal e assistindo a permanente escalada da corrupção sem nenhuma punição, os conduz a descrença em qualquer luz no fim desse trágico túnel.

Um sinal dos tempos. Tempos sem ética, sem moral e sem moralidade pública. Destes tristes, bizarros e esdrúxulos tempos de vacas magras e bezerros mortos.

A CÉU ABERTO Suposta, mas frequentemente apontada como maior lavanderia a céu aberto do Brasil, quicá do mundo, a bela, artística e ecológica Inhotim, com sua ONG, com seu Instituto Cultural e com seus abastados e felizes proprietários anda mais admirada, elogiada e prestigiada.

E recebendo verbas, apoios e auxílios, homenagens, honrarias e medalhas, até mesmo de destacadas e elevadas autoridades públicas.

Seria este mais um deletério sinal dos tempos? Destes execráveis e lamentáveis tempos...

TROFÉU ESPECIAL Este veterano colunista de casos e de coisas viu-se generosamente agraciado, durante

noite de gala e trajes a rigor promovida em Salvador pela "Gazeta do Turismo" - leia-se Carlos Casaes - com o Troféu Especial Catavento de Prata 2011, concedido apenas pela terceira vez em 35 anos.

Esses bons ventos sopraram sobre o modesto catavento de nossa já exaustiva jornada jornalística, não por mérito, mas por antiguidade.

Como antigo e histórico abrajeteiro estendo essa homenagem a todos os amigos e colegas de profissão, sem nenhuma exceção.

GIRO INTERNACIONAL Como de hábito e meio a contragosto estamos partindo para mais um périplo internacional, desta feita rumo ao velho continente, mais compatível com nossa avançada e matusalêmica idade.

Se os bons fados, o bom tempo e as boas aeronaves assim permitirem estaremos de volta dentro de uma dúzia de dias, com notas e notícias européias. Londres e Paris integram nosso rápido roteiro.

Sérgio Neves



- O comentário de Lucélio Gomes -

Muita calma e prudência

Sempre que sou reconhecido nas ruas vem a pergunta: "o que está acontecendo com o futebol mineiro?"

Parece novela, mas tudo de ruim vem acontecendo a cada rodada, para que na reta final se reverta para uma transformação nos últimos momentos. Aflora neste instante a incompetência dos nossos dirigentes.

São contratados treinadores que não tem nenhuma intimidade com o futebol mineiro. Jogadores que não deram certo na Europa e já fizeram fortunas. A imprensa nacional vem discutindo nosso futebol, assim como

nós temos feito, a partir do momento em que nossos clubes começaram a correr o risco de rebaixamento.

Nossos dirigentes e governo fecharam para reformar os dois estádios (Mineirão e Independência) de uma só vez. A falta dos estádios em BH é um dos motivos, mas não o principal. A incompetência dos clubes e seus dirigentes salta aos olhos de qualquer mortal.

O time do Atlético é limitado, assim como o do Cruzeiro e do América. O futebol é como a vida onde não há sorte nem azar e sim consequências. Fala-se em problemas de relacionamento dentro dos grupos,

dispensaram jogadores que hoje fazem sucesso em outras agremiações e contrataram outros sem avaliar se eram reforços ou mais um. Dinheiro, estrutura de primeira para trabalhar e jogadores famosos e caros não faltam. O QUE FALTA É FUTEBOL.



“O Melhor prefeito do Brasil” ordena derrubada ilegal de casas em BH

Cerca de 70 crianças ficaram desalojadas no último dia 22 de outubro, período em que BH recebeu muita chuva.

4



Gargalhadas:
Lacerda e Roberto nos
bons tempos de
churrascaria
Ambrosio's

Não existia um mandado judicial de desocupação da área onde estavam erguidas 39 casas ocupadas pelo Comunidade Zilah Espósito em Belo Horizonte. Havia um termo de ajustamento de postura da PBH que iria derrubar apenas as casas que estivessem vazias. Além disso, estava em negociação a remoção da comunidade para moradias do programa “Minha Casa, Minha Vida” do governo federal.

No último dia 22 de outubro fiscais da PBH acompanhados do Batalhão de Choque da PM começaram a derrubada das casas. A invasão da polícia foi protagonizada pela expulsão dos moradores com jato de spray de pimenta.

A rede de solidariedade mobilizada as pressas pelo Grupo Pólos de Cidadania e Brigadas Populares chegou ao local e percebeu a tramóia. Uma ação totalmente ilegal da PBH, sem mandado de reintegração de posse, sem aviso prévio e nenhuma garantia para as famílias, que seriam jogadas na rua.

Diante da cena, imediatamente o Ministério Público Estadual foi acionado e a promotoria solicitou uma perícia do local para a elaboração de uma representação por improbidade administrativa contra o Prefeito Márcio Lacerda. A Defensoria Pública também acompanha a situação e já se colocou à disposição das famílias para que possam ingressarem ações indenizatórias contra a truculência do poder público.

DIREITOS HUMANOS Indignado com a situação, o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, deputado estadual Durval Angelo, agendou uma audiência pública para apurar a ação truculenta da PBH.

Durval disse em entrevista ao Informativo AJOSP que considerou “inadmissível” o que aconteceu naquela sexta-feira chuvosa. Das 34 casas existentes no local, sobraram 9. A mobilização agora é para conseguir



Durval quer
explicações sobre ação
truculenta e
ilegal da PBH

abrigar as pessoas antes do recomeço das chuvas e coletar donativos para os desalojados.

Existem mais 5 comunidades em BH com risco de serem despejadas. Ao que tudo indica este foi um teste da PBH para saber como será a repercussão na sociedade e como isso pode interferir na reeleição de Márcio Lacerda em 2012. Pedimos à todos os leitores que compartilhem com os amigos e repassem a informação para as suas listas de e-mail.

Fonte: CMI

Pinga-fogo do Geraldo Capeta

* déficit zero: A dívida de Minas Gerais chegou a R\$ 64,5 bilhões em dez de 2010, um crescimento real de 15%. Na proposta orçamentária para 2012 foi fixado R\$ 1,39 bilhão para o pagamento da amortização da dívida pública.

* A dívida do governo de Minas com a Cemig pode não ter fim. Era de R\$ 4,32 bi em 31 de dez de 2009, fechou 2010 em R\$ 5,07 bi. O motivo: a correção do montante em um ano somou R\$ 876 milhões, mas o governo só pagou R\$ 134,79 milhões em 2010.

* A ASCON/IPSEMG consegue na justiça suspender o desconto de parcelas não tributáveis sobre a contribuição previdenciária. A decisão foi do juiz Walter Luiz de Melo da 4ª Vara de Feitos Tributáveis do TJMG.

Medida judicial suspensiva, por enquanto, só atinge os associados da entidade. Mais informações no (31) 3078-6825.

* Minas Gerais, Maranhão e Pará são os líderes do ranking de risco de corrupção, segundo estudo feito pelo CEOP da Unicamp, a pedido do Instituto Ethos. Os dados são relativos ao ano de 2009. Transparência limitada, falta de competitividade nas compras públicas, submissão de órgãos de controle a grupos políticos e imprensa foram alguns dos problemas detectados. Uma das áreas avaliadas foi o controle externo exercido pelos Tribunais de Contas dos Estados, cuja composição é marcada pelo alinhamento com os grupos políticos dominantes.

* A existência de um antagonismo político-ideológico entre PT e PSDB parece mesmo só convencer o com-

batente deputado estadual petista Rogério Corrêa. A presidente Dilma Roussef numa “canetada” autorizou no último dia 10 de novembro seis estados, ente eles, Minas Gerais a



Rogério
estaria
nadando contra
a maré?

ampliar em R\$ 15,3 bilhões seu endividamento com a União. A “carta branca” foi dada numa cerimônia no Palácio do Pla-

nalto quando os governadores presentes assinaram os termos de entendimento para contratar novos empréstimos com o BNDES, Caixa Econômica, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento.

***Geraldo Capeta** é jornalista aposentado, inconfidente, revolucionário que mora entre os municípios de Ouro Preto e Mariana.

Pilhagem no IPSEMG continua

Instituto agoniza devido à interesses privados, falta de planejamento e a indiferença de sindicalistas

Atendendo ao interesse de corporações ainda desconhecidas, a direção do IPSEMG determinou, de forma irresponsável, o fechamento de clínicas, leitos e serviços diversos no Hospital Governador Israel Pinheiro, colocando em risco iminente a vida dos pacientes servidores públicos e onerando seu orçamento com o pagamento de serviços terceirizados, referente ao acréscimo de 12.017 internações e 354.491 exames, só na capital, encaminhados à rede privada.

Do outro lado, um aumento alarmante do número de cargos de confiança de recrutamento amplo – mais de 80 cargos com funções gratificadas – é assustador. As contratações sem concurso público, contratos administrativos nas áreas de saúde e previdência, convênio de cooperação mútua com o Tribunal de Contas do Estado na área de pessoal, nunca atingiram números tão alarmantes. Agências regionais são fechadas a pretexto de economizar, mas seus funcionários, pagos pelo IPSEMG, são deslocados para outros órgãos públicos. O patrimônio do instituto está sendo entregue a terceiros; O prédio do antigo Hospital São Tarcísio foi entregue à CEMIG, com contrapartida financeira desconhecida, o Edifício Sede, se a justiça não impedir, poderá se transformar em um hotel cinco estrelas, enquanto o Instituto paga milhões em aluguel para utilizar as dependências da Cidade Administrativa.

A alíquota de contribuição para o FUNPEMG foi reduzida à metade e o saldo das carteiras de Pecúlio e Seguro Coletivo foi transferido para o “caixa único” com a criação do FUNAPEC. O resultado disso é a assistência à saúde do servidor público colocada em risco iminente, e o seu futuro, mais uma vez, é duvidoso em relação à eventual “plano de saúde” – o MG Saúde – em construção para gerenciar a saúde do servidor.

CONSULTORIA Contratada em 2007, a empresa AON Holding Corretora de Seguros tinha como objetivo reestruturar e implantar um novo modelo de plano de saúde para o servidor. O procedimento licitatório contou com participação restrita, diante de tantas exigências (índice de direcionamento) do edital. O alto preço – mesmo considerando as lamúrias do Governo e da direção do IPSEMG na alegação de escassez de recursos como justificativa para não conceder reajustes

salariais (caiu a máscara do choque de gestão e do déficit zero) – não foi impedimento para a formalização de mais um contrato milionário de consultoria. Sem questionamento, pagou-se à empresa norte-americana 5,961 milhões de reais além de um aditamento de 1,416 milhões de reais, para um contrato de dois anos, representando um custo total de 7,377 milhões de reais, pagos sem a conclusão dos trabalhos. O governo sequer tem conhecimento de qualquer produto ou proposta elaborada e aprovada como consequência do vultoso contrato, tudo feito ao arpejo das regras elementares que tratam da transparência administrativa pública.



A assistência social, atividade finalística coadjuvante à prática médica e a assistência odontológica sumiram do mapa estratégico do IPSEMG. O referido documento – consultoria Cima - trata-se única e exclusivamente da tentativa de estruturação de um plano médico repleto de condicionantes, regulações e cujo financiamento (financiamento sustentável), nos moldes dos planos privados, promoverá a exclusão dos servidores públicos do seu sistema de saúde.

Na prática, todos os entraves colocados à Seguridade Social plena dos servidores públicos através do IPSEMG representam o alicerce para a consolidação do Estado empresário na saúde do servidor, esvaziando seu Regime Próprio, ou conduzindo ao atendimento básico universal, metas que contemplam todos os interesses corporativos, mas que relegam a valorização do servidor público a plano secundário e, por extensão inviabilizam a construção de um serviço público estatal de qualidade e coloca o sistema previdenciário numa situação

vulnerável na concessão de futuras aposentadorias e pensões.

Mais grave é que os servidores públicos não participam de nada, e estão mal representados pela maioria das entidades sindicais, que estão passivas diante dos problemas.

Se de um lado não há nenhum tipo de constrangimento para condutas que evidenciam negligência com gastos tão expressivos, de outro, é flagrante

a falta de sensibilidade da direção do IPSEMG no trato de questões relacionadas à prestação de serviços aos servidores.

Infelizmente, essa já é uma realidade, demonstrada pela AJOSP em várias edições do nosso informativo, e pelo relato diário de vários usuários do IPSEMG que nos procuram como transcrevemos abaixo:

“Estou muito preocupada com a situação do IPSEMG, veja o que me ocorreu na terça-feira, dia 1º de novembro de 2011: Marquei uma consulta médica (ginecologia) com antecedência de 20 dias, para o dia 1º/11.

Ao chegar na consulta encontrei um consultório “abarroto” de pacientes, ao que a Dra. Maria das Graças Cruz, da rede credenciada do Instituto, me explicou que a superlotação se deu ao fato de ter havido remarcação dos pacientes que estavam agendados para o final de outubro, porque a quota de atendimento/procedimentos foi alterada de R\$ 10.000,00 para R\$ 7.000,00, ou seja, uma redução de 30%, sem sequer ter sido notificada da redução.

Além disso, a doutora me solicitou exames e me informou que a mesma redução ocorreu com os laboratórios, e que vários pacientes estavam reclamando porque tiveram as datas dos exames remarcados. E ao tentar marcar os exames constatei a dificuldade, pois tive que ligar para mais de nove clínicas para conseguir marcar para o dia dez e muitos me informaram que a agenda de marcação do IPSEMG tinha sido aberta no dia 1º/11 e encerrada no mesmo dia 1º/11. O que está acontecendo? Reduzir, piorar a qualidade do atendimento ao servidor é a meta do IPSEMG?”

Regina Maria - servidora pública efetiva desde 1983

No Choque de Gestão de Anastasia não existe planejamento. Resta saber até quando o IPSEMG conseguirá “queimar a própria gordura” com recursos da dívida do tesouro renegociada em 2002?

Reforma da Previdência Municipal recebe sugestão da AJOSP

6

O vereador e membro da Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal Hugo Thomé (PMN) afirmou que a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais tem sido pautado por uma conduta democrática do parlamento ao ouvir as sugestões e críticas das entidades sindicais e associativas representativas dos servidores públicos municipais. Por conta disso, uma nova proposta de substitutivo ao Projeto de Lei apresentado pelo Executivo foi aprovada pela Comissão durante uma reunião realizada no último mês de outubro.

O projeto aprovado na comissão, intitulado PL 1920/11, substitui o texto apresentado no final do ano passado pelo Prefeito Márcio Lacerda para que pudesse ser melhor avaliado e

discutido com as lideranças dos servidores públicos e pela área técnica do parlamento.

A nova legislação cria o BHPREV, nos mesmos moldes do Fundo de Previdência dos Servidores do Estado.

Hugo Thomé disse ao jornal AJOSP que o novo projeto incorpora sugestões e modificações ao texto original apresentadas por lideranças sindicais de diversas categorias em um seminário promovido pela Câmara em maio deste ano, mas sobre os artigos 121 e 123 e 126 do PL que vedam e direcionam os recursos do BHPREV.



Vereador
Hugo atua em
defesa do servidor
público de BH

O vereador se comprometeu a avaliar uma sugestão de emenda encaminhada pela AJOSP, após a aprovação do novo PL 1920/11 que possibilitaria que os recursos do Fundo sejam também aplicados em planos de financiamento habitacional aos servidores municipais através de consignação em folha de pagamento.

A ideia segundo o presidente na AJOSP, Cláudio Vilaça, é dar um caráter social, e ao mesmo tempo rentável ao Fundo, e não apenas direcionar todos os seus recursos para compra no mercado especulativo de Títulos da Dívida Pública da União, cujo os maiores beneficiados neste caso, serão as corretoras de valores.

SINDIOF vai ao Ministério Público Federal do Trabalho

O Sindicato dos Servidores da Imprensa Oficial (SINDIOF) protocolou duas representações no Ministério Público do Trabalho pedindo a abertura de inquérito civil para apurar supostas irregularidades da direção da Imprensa Oficial (IOMG) contra os servidores do quadro permanente.

Ambas receberam as numerações 001307.2011.03.000/5 e 001306.2011.03.000/0-34.

A primeira pede que o governo esclareça o remanejamento de servidores da MGS para funções exclusivas de servidores de carreira do setor administrativo para o setor da indústria gráfica, a outra solicita que o MPT faça uma inspeção nas obras de reforma interna que estão sendo executadas no pátio da IOMG.

Segundo a direção do SINDIOF, além de irregular o remanejamento, os trabalhadores da MGS não teriam qualificações específicas para operar o maquinário da gráfica, já



Presente também na reunião no MTE a deputada federal Jô Moraes

as reformas na autarquia não estariam seguindo os padrões de segurança estabelecidos pela CIPA. As investigações estão a cargo da Procuradora Federal, dra. Luciana Marques Coutinho que já fez diligências na autarquia para obter esclarecimentos do órgão.

EM TEMPO Os diretores do SINDIOF, Denílson Marins e Tadeu Inácio estiveram em Brasília (DF) reunidos com o Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi. Na pauta a situação dos trabalhadores da Imprensa Oficial de Minas Gerais e a publicação do registro sindical da entidade.

AJOSP FIRMA PARCERIA

Ao contrário do que poderia ser um estímulo ao poder de compra das classes sociais no país cuja renda está abaixo de cinco salários mínimos, os empréstimos consignados em folha de pagamento viraram pelo menos há mais de 10 anos uma verdadeira "bola de neve" na vida dos servidores públicos do Estado.

Diante do número escandaloso de demandas surgidas em função de um processo descontrolado de endividamento dos servidores públicos, a AJOSP firmou parceria com uma empresa especialista em cálculo revisional.

O objetivo é analisar todos os procedimentos da Tabela Price para instruir o diálogo entre devedor e o agente financeiro no sentido de expurgar os juros capitalizados das suas prestações, e se for o caso, instruir, através de um relatório devidamente elaborado, a peça instrutiva num processo judicial.

Mais informações no tel.: (31) 3224 0660

AJOSP participa de debate sobre comunicação, mídia e redes sociais

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais (SJPMG) realizou no último dia 9 de novembro um amplo debate com vários setores da sociedade civil organizada sobre a hegemonia dos grandes grupos de mídia e os

avanços e retrocessos da primeira Conferência Nacional de Comunicação realizada em dezembro de 2009.

A atividade pautou também a cobertura pela imprensa mineira das manifestações sindicais promovidas durante o movimento grevista dos trabalhadores da educação este ano.

O coordenador do evento, sindicalista Valdisnei Honório, dirigente do Sindi-Saúde MG, ressaltou a importância das redes sociais na superação do bloqueio midiático imposto pelo governo do Estado, e defendeu um maior

controle social dos grandes grupos de comunicação.

O professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Jonaciel Cedraz Oliveira, que também palestrou no evento, em entrevista concedida ao informativo AJOSP, defendeu um maior controle estatal e a horizontalização da comunicação, inclusive sob uma perspectiva de segurança nacional, pelo papel de destaque do Brasil no atual cenário geopolítico mundial.

O debate teve a participação da professora Heloisa Greco que é presidente do Instituto de Direitos Humanos e Promoção da Cidadania Helena Greco, além da Associação Cultural José Martí, do portal Minas Livre, do Jornal Brasil de Fato e do SJPMG.

Segundo o prof. Jonaciel até 2014 o Estado brasileiro lança seu primeiro satélite, mas teme pela privatização do sistema de tecnologia da informação, e sugere maior participação das "forças armadas nacionalistas" como protagonistas do debate



Ação popular vai questionar contrato entre Banco do Brasil e o Estado de Minas Gerais

A AJOSP vai acionar o poder judiciário para que o Estado de Minas Gerais venha à público esclarecer vários pontos relativos ao contrato de venda da folha de pagamento dos servidores estaduais ao Banco do Brasil.

O instrumento foi assinado em 2007 e em 2009 foram feitos novos aditivos, incluindo a venda do chamado "crédito consignado exclusivo" ao banco federal. De acordo os advogados Gustavo Melo, Edson Alcântara e Juliano Gonzaga as informações prestadas pelo governo no inquérito civil em tramitação no Ministério Público Estadual foram insatisfatórias.

Há mais de 1 ano a Promotora de Justiça, Elisabeth Cristina dos Reis Vilela, da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público diligencia o inquérito. O Banco do Brasil, que é uma empresa pública de economia mista desembolsou entre os anos de 2007 e 2009, 1,199 bilhões de Reais. A fábula astronômica bilionária foi dividida entre todos os poderes do Estado signatários do contrato. Na época, apenas o Tribunal de Justiça de Minas Gerais não participou da negociação, tendo se recusado a assinar o contrato. Além do governo



Advogados da AJOSP evitam falar do conteúdo da ação judicial

do Estado, figuram como réus na ação o Tribunal de Contas do Estado (TCE), a Assembleia Legislativa de Minas (ALMG) e a Procuradoria Geral de Justiça, leia-se Ministério Público Estadual, que "curiosamente" é o responsável pela investigação do caso.

Planos de Carreira dos Jornalistas: "brilhantismo jurídico" do doutor Anastasia sofre nova derrota nos tribunais

Um Acórdão do TJMG do desembargador Dr. Manuel Saramago publicado no último dia 22 de setembro confirmou a sentença do juiz da 4ª. Vara da fazenda pública de Minas Gerais Dr. Saulo Versiani Pena, determinando que o jornalista Rui Honorato da Silva, vice-presidente da AJOSP, receba seus vencimentos corretamente dentro da

Para a AJOSP, Dr. Saramago simboliza a verdadeira justiça



correlação do antigo cargo de jornalista profissional III, grau "J", com a atual nomenclatura de "Analista de Gestão III/J". Desde maio de 2008 ele vinha sendo posicionado um grau e três letras abaixo do antigo cargo.

No seu voto, o desembargador alegou prejuízos pela quebra da isonomia e irredutibilidade do salário

do jornalista, que é aposentado da Imprensa Oficial desde 1992. A ação declaratória foi ajuizada em outubro de 2008 pelo advogado da AJOSP, Dr. Antônio Santana da Rocha Neto, logo após posicionamento feito pela SEPLAG em abril do mesmo ano.

Em seu despacho o desembargador Saramago considerou o Dr. Versiani "excepcional, porquanto a matéria restou muito bem analisada e decidida". Votaram também favoravelmente ao jornalista os desembargadores, Dr. Mauro Soares de Freitas e Dr. Leite Praça. A ação não cabe mais apelação do Estado.



IMPrensa OFICIAL: MP instaura inquérito civil para investigar a MÓDULO SECURITY SOLUTIONS

A Promotoria De Defesa do Patrimônio Público do Ministério Público (MP) Estadual aceitou a denúncia oferecida pela AJOSP e pelo Sindicato dos Servidores da Imprensa Oficial (SINDIOF) para apurar supostas irregularidades no con-

Promotor Medeiros quer explicações do atual governo



trato firmado entre a Imprensa Oficial de Minas Gerais (IOMG) e a empresa "Módulo Security Solutions".

Segundo a denúncia divulgada nas duas últimas edições do informativo AJOSP, o governo do Estado teria adquirido uma licença de sistema informatizado por R\$ 3,1 milhões, sem licitação, da Módulo, que teria sede em Niterói (RJ), segundo a denúncia. O valor da compra estaria acima do praticado no mercado, o que levanta suspeitas de superfaturamento.

A investigação da denúncia representada pela AJOSP e SINDIOF está a cargo do promotor João Medeiros que já instaurou inquérito civil para apurar a denúncia conforme publicado no Diário Oficial no último dia 22 de outubro. A investigação recebeu a seguinte numeração: MPMG-0024.11.005133-1

O convênio firmado entre a IOMG e a empresa carioca daria ao órgão público a licença para o uso de um sistema conhecido como "Módulo Risk Manager". Segundo fontes dentro da IOMG o "sistema" teria diversas funções administrativas, como a redução de riscos de gestão e a

garantia de eficiência em auditorias internas. Mas o presidente do SINDIOF, Denílson Marins, discorda, e afirma que o objetivo da aquisição não foi aprimorar a gestão da autarquia, uma vez que o "sistema" não vem sendo utilizado pelos servidores da Imprensa Oficial.

Já Cláudio Vilaça da AJOSP, acredita que a intenção foi favorecer as partes envolvidas com valores pagos acima do mercado. Ele considera estranho o fato do governo não ter solicitado o mesmo serviço para a PRODEMGE. Após repercussão da denúncia a própria Secretaria de Estado da Casa Civil instaurou uma comissão para apurar o contrato. A negociação foi formalizada no de 2008 durante a gestão do ex-governador Aécio Neves.

Deputado cobra explicações

A Comissão de Administração Pública da Assembleia Legislativa recebeu da AJOSP através do Deputado Estadual Sávio Souza Cruz, que imediatamente encaminhou ao governo estadual pedido de informações a respeito da denúncia contra os dirigentes da Imprensa Oficial.



Sávio diz que prática é rotineira no governo

Segundo Sávio: "Trata-se de uma denúncia, e o governo pode se antecipar, para evitar problemas futuros com essa possível irregularidade, repassando as informações", alegou o parlamentar.

O deputado também trabalha com a possibilidade de pedir uma audiência pública para que os representantes do governo esclareçam os fatos.

AJOSP pede esclarecimentos

A AJOSP protocolou no último dia 25 de outubro um pedido de informação ao Secretário de Finanças da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, José Afonso Bicalho, sobre a contratação da empresa "CONSIGNUM – GESTÃO MARGEM CONSIGNÁVEL".

Segundo informações preliminares a contratação da empresa dispensou o tradicional processo licitatório. Segundo fontes ligadas aos sindicatos e associações dos servidores municipais os Bancos que operam com empréstimo consignado em folha teriam indicado a empresa, uma vez que já possuem negócio com a CONSIGNUM em outros Estados.



Espera-se que o secretário Bicalho encaminhe resposta à AJOSP

Existe também a suspeita de que os Bancos estariam sendo privilegiados em detrimento as associações e sindicatos na disputa pela margem consignável de 30% dos servidores.

A AJOSP agora quer saber porque a PRODABEL que é uma empresa municipal não foi consultada quando a PBH contratou a CONSIGNUM.

Valerioduto: Testemunha do mensalão dos tucanos, Nilton Monteiro agora é réu em processo criminal na justiça mineira



Para o lobbysta Nilton Monteiro, autor da "Lista de Furnas", já não existe mais direitos civis depois que o Palácio da Liberdade, através do Secretário de Governo, Danilo de Castro, principal figura da "Lista de Furnas", em pleno regime democrático, determina a implantação de "Estado de Exceção". Transformando setores da Polícia Civil mineira numa espécie de Guarda Pretoriana, que na época Romana protegia os imperadores e sua família. Para comandar esta "Guarda Pretoriana", Danilo escolheu pessoalmente o delegado Márcio Nabak, atual chefe do Departamento de Operações Especiais (Deosp).

Nilton Monteiro será ouvido por determinação do Ministro Joaquim Barbosa, pela Justiça Federal em Belo

Horizonte. Monteiro há alguns meses atrás já se mostrava uma ameaça ao alto tucanato, após absolvido pelo TJMG que reconheceu ser autêntica a "Lista de Furnas" onde constam nomes de 156 políticos de 12 partidos (PDT, PFL, PL, PMDB, PP, PPS, Pro-na, PRTB, PSB, PSC, PSDB e PTB).

Para David Rodrigues presidente do SINDETIPO o objetivo da prisão de Nilton Monteiro é tentar desmoralizá-lo.



No total, R\$ 39,6 milhões teriam saído da estatal Furnas para irrigar as campanhas políticas em 1998.

Esta decisão judicial desmontou a versão divulgada pelos indiciados, principalmente depois que um laudo pericial atestou a autenticidade da "Lista de Furnas", entre quais, consta um recibo de uma doação de 4,5 milhões assinado pelo ex-governador do Estado e atual deputado federal Edu-

ardo Azeredo (PSDB). Além de Azeredo, o ex-tesoureiro de campanha do PSDB, Cláudio Mourão, também é citado no inquérito criminal. Mourão hoje presta serviços de consultoria para o Banco BMG S/A.

A OAB-MG pediu que a Polícia Federal acompanhasse a investigação, uma cópia do áudio de conversas entre os figurões da "Lista de Furnas" já está nas mãos da instituição, que aguarda o depoimento do lobbysta na Justiça Federal para começar agir.

Já para o Deputado Federal Delegado Protógenes que acompanha o caso em Brasília há um processo visível para evitar que Monteiro preste depoimento e apresente as provas ao Ministro Joaquim Barbosa, comprovando um enorme esquema de corrupção envolvendo autoridades mineiras.



Dupla Contratação no Juizado Especial de Pedro Leopoldo sob suspeita

Duas funcionárias cedidas pelas prefeituras de Pedro Leopoldo e Confins ao Juizado Especial Civil (JESP) na cidade de Pedro Leopoldo vem levantando polêmica quanto a atuação do juiz ex-titular da comarca, Dr. Geraldo Claret de Arantes, que foi removido em agosto deste ano para Belo Horizonte.

De acordo com a investigação realizada, o juiz teria solicitado em 2008 por ofício ao prefeito de Pedro Leopoldo, Marcelo Gonçalves, a contratação (por recrutamento amplo) pela prefeitura municipal das funcionárias Paola Bittencourt e Natália Gisele, ambas exerciam cargo de assessoria na secretaria do juizado. Depois de atendido o seu pedido pelo prefeito do município, o juiz solicitou que as mesmas ficassem à disposição do Juizado Especial Civil que fica na rua São Se-

bastião, 77 no centro da cidade. Não satisfeito, o juiz posteriormente fez o mesmo pedido ao prefeito de Confins, Geraldo Gonçalves dos Santos, cuja jurisdição é Pedro Leopoldo, para que realizasse processo semelhante feito pelo prefeito Marcelo Gonçalves. A suposta irregularidade estaria na dupla contratação das funcionárias, uma vez, que já prestavam o mesmo serviço com ônus para a Prefeitura de Pedro Leopoldo.

Testemunhas ouvidas pela reportagem da AJOSP, informaram que as duas funcionárias trabalhavam no juizado, e dividiam o tempo também como estudantes do curso de direito da Faculdade FADIPEL, que fica na cidade. Ao ser removido para cidade de Belo Horizonte, o juiz Claret foi substituído pelo juiz Otávio Batista Lo-

monaco, que também responde como diretor do Fórum da cidade. Desde a remoção de Claret, o juiz Lomonaco passou a exercer as funções de "juiz substituto" do JESP.

Após contato com a assessoria de imprensa do TJMG, a AJOSP foi informada que o juiz Lomonaco ao ter conhecimento da "irregularidade", tomou todas as "medidas cabíveis". A assessoria só não soube informar se entre as "medidas cabíveis" foi determinada a devolução dos salários pagos indevidamente. Um pedido de esclarecimento foi solicitado ao TJMG, mas não foi enviado até o fechamento desta edição. Omissa diante dos fatos que tinha conhecimento através dos advogados que militam na cidade, a OAB de Pedro Leopoldo até agora não tomou nenhuma providência.

Estado de letargia e morosidade no Juizado Especial de Relações de Consumo em Belo Horizonte

Descrédito no Judiciário coloca em risco o acesso democrático da população que busca reparação de seus direitos

Conhecedores da morosidade da justiça no Brasil, as empresas de produtos e serviços, campeãs de reclamações nos PROCONS e recordistas do descumprimento do Código de Defesa do Consumidor, como as instituições financeiras, telefonia e planos de saúde, aproveitam esse estado de letargia do judiciário e cometem as maiores abusos contra os consumidores, já sabendo inclusive que serão imunes a uma punição rápida, severa e exemplar.

O motivo de tanta confiança numa justiça que não funciona? A própria situação de limitação dos PROCONS, que agem apenas como conciliadores, e a espera interminável por justiça no poder judiciário que faz com que muitas pessoas desistem de procurar seus direitos nos juizados especiais.

MP e OAB O Ministério Público também acaba conivente com a situação, quando não realiza investidas mais severas contra as empresas que descumprem o Código de Defesa do Consumidor. Em Belo Horizonte a situação é tão absurda que recentemente foi criado um tribunal especial exclusivo para cui-

dar de conflitos entre os consumidores e as operadoras de telefonia. Sobre a criação do "juizado da telefonia", o advogado especialista em defesa do consumidor Gustavo Melo tem uma opinião crítica: "Colocam todo o ônus estrutural do poder judiciário à disposição das empresas privadas de telefonia que são concessionárias de um serviço público, e que por obrigação deveriam respeitar os consumidores. Nesse caso combate-se o efeito do problema e não a sua causa", diz o especialista.

Já a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), segundo o advogado, deveria também ter um papel importante como defensora da sociedade para exigir do poder público respostas mais pontuais de sua demanda crescente por justiça, mas segundo ele, não o faz. "Há mais de um ano que o juizado está entupido de processos. A maioria de pessoas pobres, carentes e desinformadas, que são trapaceadas por empresas desonestas. É Necessário e urgente fazer

um diagnóstico da situação para que o TJMG apresente uma solução rápida", desabafa.

O acúmulo e a morosidade na tramitação dos processos é admitido pelo juiz coordenador dos juizados especiais de Belo Horizonte, Vicente de Oliveira Silva, segundo ele, a falta de pessoal, principalmente juizes no quadro do TJMG é o maior gargalo hoje do juizado especial.

Na posição do magistrado em comarcas onde a demanda por ações de consumo é menor, e por consequência mais ágil, o cidadão pode ajuizar ações sem necessariamente residir no município. Segundo ele, isso não interfere de modo algum no processo de decisão do magistrado e além disso, o Código de Defesa do Consumidor flexibiliza esse recurso, desde que o réu seja estabelecido na cidade ou não conteste o fórum de discussão.



Alerta vermelho: Aumento de 5% e prêmio de produtividade prometidos pelo governo não saíram em outubro

O Governo de Minas anunciou no início do ano a possibilidade de conceder um reajuste salarial de 10% para todos os servidores estaduais que ainda não receberam aumento neste ano. A proposta de política remuneratória foi apresentada pela secretária de Estado de Planejamento e Gestão, Renata Vilhena, e pelo secretário de Estado de Fazenda, Leonardo Colombini, durante uma reunião com o Comitê de Negociação Sindical, composto por representantes das categorias do funcionalismo público estadual, no qual faz parte o o sindicalista Renato Barros. Na proposta oferecida o governo propõe um reajuste de 5% em outubro de 2011 e mais 5% em abril de 2012.

Eliam Oliveira, coordenador da Assessoria de Relações Sindicais informou que o reajuste depende de aprovação



Vilhena diz que com dinheiro da dívida se constrói 27 mil casas populares ou 1000 km de estrada para o fusquinha do João percorrer

pelos deputados. Já quanto ao pagamento do prêmio de produtividade, o governo informou que vai "esticar o prazo do pagamento" que poderá ser somente em 2012. Anastasia deixou claro que todo tipo de pagamento está vinculado à receita do Estado condicionada à disponibilidade de caixa no orçamento estadual.

Na mesma semana do anúncio do descumprimento da Lei que institui o prêmio de produtividade, governo e deputados também governistas promoveram na Assembleia Legislativa de Minas Gerais uma audiência para instalação de uma Comissão Especial para discutir a renegociação da dívida pública do Estado de Minas Gerais.

O anúncio foi feito pelo presidente da ALMG, o governista Dinis Pinheiro. Segundo o governo, o dinheiro para pagamento da dívida poderia ser investidos na infraestrutura do Estado. "Se dos R\$ 4,1 bilhões destinados ao pagamento do serviço da dívida pública pudéssemos contar com R\$ 1 bilhão, poderíamos construir mil quilômetros de estradas ou 27 mil casas populares ou ainda 250 escolas, que poderiam atender 1.400 estudantes", disse a Secretária Renata Vilhena.

O deputado Rogério Correa (PT), mais cerca de 480 mil servidores do Estado, e nós aqui da redação do informativo AJOSP achamos, como sempre, hilária e nonsense a fala da Secretária Vilhena. A dívida pública de Minas Gerais está hoje em R\$ 64 bilhões, dos quais R\$ 54 bilhões são com a União, e foi renegociada pelos tucanos em 1998 no governo de Eduardo Azeredo.

Na idolatria do Choque de Gestão é assim: Dinheiro para investir em educação, saúde e segurança não tem, mas pra farra publicitária sobra

De 2003 a 2010, a ganstaça irresponsável com propaganda do governo de Minas somaram R\$ 1,278 bilhão

Um recente Relatório Técnico Anual das Contas do Governador – Exercício 2010, divulgado pelo TCEMG-Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (www.tce-mg.gov.br), revelou gastos astronômicos com a publicidade governamental, no âmbito da Administração Pública do Estado de Minas Gerais. O relatório compreende as despesas decorrentes da difusão do que o governo chama subjetivamente de “ideias, conceitos, esclarecimentos, divulgação cultural e científica ou de defesa de interesses políticos, econômicos e sociais do Estado”.

No período de 2003 a 2010, as despesas de publicidade do Governo de Minas Gerais atingiram, em valores constantes, a cifra de R\$ 1.278,28 ou US\$ 767,742 milhões. A média anual dos oito anos é de R\$ 159,786 milhões. De acordo com o relatório do TCE-MG, mostra que as despesas realizadas com publicidade pelo governo mineiro no exercício de 2002 – último ano da gestão anterior – e sua evolução até 2010, englobando duas gestões, em valores constantes (Deflator IGP-DI fator médio anual dez/09 = 1), revela uma tendência crescente do governo Aécio, apresentando, ao final do exercício de 2010, crescimento real de 17,80% em relação a 2002, último ano da gestão do ex-governador Itamar Franco, e de 161,67% em relação a 2003, primeiro ano da nova gestão. O Relatório ainda destaca a “inexistência de parâmetro para os gastos com a publicidade governamental”.

A despesa com publicidade em 2010 totalizaram R\$ 158.908.854,75, sendo R\$ 82.081.473,16 da administração direta (51,66%), R\$ 1.572.038,79 das autarquias e fundações (0,99%), R\$ 3.055.267,97 dos fundos (1,92%) e R\$ 72.200.074,83 das empresas controladas pelo Estado (45,43%).

Do total realizado pelos órgãos da administração direta, das autarquias e fundações e dos fundos, no valor de R\$ 86.708.779,92, R\$ 11.075.774,35 foram inscritos em Restos a Pagar, ao final do exercício.

Do total das despesas com publicidade no exercício de 2010 – R\$ 158,909 milhões – 94,93% estão distribuídos entre a Secretaria de Estado de Governo, R\$ 66,928 milhões, representando 42,12% do total do exercício; a CEMIG e suas subsidiárias, R\$ 30,138 milhões (18,97%); a COPASA e suas subsidiárias, R\$ 22,195 milhões (13,97%); a Assembleia Legislativa, R\$ 14,332 milhões (9,02%); a CODEMIG, R\$ 11,262 milhões (7,09%) e o BDMG, R\$ 5,973 milhões (3,76%), conforme Anexo XXXIII. Ressalta-



Para Beatriz do Sindi-Ute, Minas é o governo do paradoxo, já pra nós é o “samba do crioulo doido”.

Para Beatriz do Sindi-Ute, Minas é o governo do paradoxo, já pra nós é o “samba do crioulo doido”. -se que as despesas realizadas com publicidade pelo governo mineiro estão concentradas na Secretaria de Estado de Governo, por força de suas atividades institucionais. Das despesas com publicidade realizadas pelo Estado, no exercício de 2010, incluindo a administração direta, as autarquias e fundações, os fundos e as empresas controladas, 60,50% concentram-se nas Agências RC Comunicação Ltda (16,57%), Consórcio MPM/POPULUS (16,39%), 18 Comunicações (11,95%), Perfil Promoções e Publicidade Ltda (8,51%) e Casablanca Comércio e Marketing Ltda (7,09%).

Mais uma vez, nenhum nome dos veículos de comunicação – emissoras de rádio e TV, revistas, jornais etc beneficiados com as verbas publicitárias, com sede em Minas ou em outros Estados, não foi divulgado pelo TCE-MG, não havendo a menor citação sobre os mesmos nos referidos relatórios.

Fica uma questão no ar: Alguém deixará de se utilizar da energia elé-

trica da Cemig ou da água da Copasa se estas empresas estatais pararem de anunciar? Qual a necessidade de a Codemig anunciar? Em outros países ditos de primeiro mundo, os governos anunciam na mídia, no mínimo com a mesma frequência com o que ocorre em Minas Gerais? Com a palavra, nossos dignos deputados governistas, o Ministério Público e a caneta conscente da Presidente Dilma.

NOTAS

A corregedora nacional de Justiça, a ministra Eliana Calmon, reafirmou no programa RODA VIVA, exibido pela TV Cultura de São Paulo que há, na magistratura brasileira, “bandidos de toga” e que sua declaração polêmica não foi contestada pelos corregedores de Justiça do país, responsáveis por investigar juízes de primeira instância.

Calmon afirmou ainda que o problema da magistratura não está na primeira instância, mas nos tribunais. Os juízes de primeiro grau tem a corregedoria. Mesmo ineficientes, as corregedorias tem alguém que está lá para perguntar, para questionar.



E existem muitas corregedorias que funcionam muito bem. Dos membros dos tribunais, nada passa pela corregedoria. Os desembargadores não são investigados pela corregedoria. São os próprios magistrados, que sentam ao lado dele, que vão investigar – criticou a ministra. Eliana Calmon defendeu a atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cuja capacidade de investigar e punir magistrados está sendo questionada pela Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) no Supremo Tribunal Federal.

Águas de Santa Bárbara Resort Hotel: um destino encantador

12



Localizada há 270 km de Belo Horizonte a vila de Santa Bárbara – um lugarejo com 300 habitantes que fica entre a serra do Espinhaço e a serra do Cabral, nas proximidades do Parque Nacional da Sempre-Viva – abriga um verdadeiro paraíso. Dentro do município de Augusto de Lima, Santa Bárbara surgiu como pouso de tropeiros no século XVII quando comerciantes passavam pelo local para ir vender as pedras preciosas em Diamantina.

O turismo foi o responsável por colocar o vilarejo na rota dos viajantes. A vila, que nasceu e cresceu em função da segunda fábrica de tecelagem de Minas Gerais, criada em 1887, virou aos poucos um destino turístico. Hoje é um exemplo bem-sucedido de perfeita conjugação do turismo de responsabilidade social no país. O

Águas de Santa Bárbara Resort Hotel se revela um lugar rústico, aconchegante, construído para não agredir a natureza. Sua estrutura engloba piscina para adultos e crianças, sala de jogos, scotch bar, bar molhado, restaurante panorâmico, um bistrô no entorno do lago, playground, sauna com vista para a mata, circuito de arvorismo, parede de escalada e um incrível e convidativo lago térmico de águas minerais.

A construção do resort abriu postos de trabalho e implantou na microrregião o conceito de turismo auto-sustentável. Conceito que pode ser visto na Vila de Santa Bárbara com a utilização da energia gerada pela própria cachoeira de Santa Bárbara (uma bela queda de 120 m si-



-tuada a 300m do resort) e em uma mini-usina.

As ruínas da primeira sede da fábrica - depois que a tecelagem foi destruída por um incêndio em 1960 - foram transformadas em um espaço para festivais, eventos e casamentos. À noite o local brilha e ganha um encantamento particular com bar, luzes coloridas, velas, tochas, puffs e móveis fabricados a partir de peças do maquinário de época. No porão um pub equipado com iluminação, som, bar embala oferece diversão em um ambiente acolhedor.

A exploração do potencial turístico da região é proporcionada pela combinação de belíssimas cachoeiras, cavernas inexploradas, o Parque Na-



cional de Sempre-Viva, a serra do Cabral e o maciço do Espinhaço. A magia do local favorece a ampla integração dos turistas à rica cultura local. Vale a pena conhecer.

Associados AJOSP tem tarifa diferenciada em pacotes e hospedagem. Mais informações acesse o site do resort: www.hotelaguasdesantabarbara.com.br, ou ligue (38) 3758-3000.